

# A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO NAS CARVOARIAS DE MATO GROSSO DO SUL \*

ALTAMIRA PEREIRA \*\*

**Resumo:** As relações de trabalho desenvolvidas nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, para a produção do carvão vegetal, expressam as contradições que fazem parte do processo de reprodução do capital, quando sintetizam as combinações entre o arcaico e o moderno, além das formas de ocupação do espaço na formação de territórios. Essas práticas produtivas e contraditórias impostas pelo capital fazem parte das transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva no mundo do trabalho e que são responsáveis pela degradação social de milhares de trabalhadores não somente nas carvoarias, mas também em outras atividades, expressando a captura da subjetividade destes trabalhadores, sendo que mescla a dicotomia criada pelo próprio capital entre o atraso e o moderno.

**Palavras chave:** Capital, trabalho, carvoarias, exploração, contradições

---

\* Texto produzido a partir de reflexões iniciais da dissertação de mestrado.

\*\* Mestranda em Geografia junto à FCT/UNESP, Presidente Prudente. Membro do CEGeT-Centro de Estudos da Geografia do Trabalho. Bolsista CNPq. E-mail: altamira\_pereira@yahoo.com.br

A partir da segunda metade do século XX, o mundo do trabalho vem sofrendo preocupantes transformações, que se fizeram mais intensas em virtude da reestruturação produtiva, uma nova ofensiva do capital, que se fez mais ampla e profunda, com a flexibilização da acumulação, como resposta à crise estrutural de acumulação do capital neste período.

O capital é um modo dominante de desenvolvimento produtivo, que subordina toda a reprodução social à sua lógica de acumulação, provocando o aprofundamento da separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprio, tendo como conseqüência a precarização da força de trabalho e a degradação do meio ambiente. Esta relação entre homem, tecnologia e natureza se encontra subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2000: p. 26)

A reestruturação produtiva não se limita somente ao mundo fabril e urbano, ela também se faz presente no campo, intensificando as contradições responsáveis por novas configurações territoriais e relações de dominação do capital sobre o trabalho, causadores de inúmeros conflitos e migrações, aprofundando as desigualdades sociais, reestruturando e redefinindo antigas relações de trabalho e de produção que mais nos remetem às lembranças da escravidão. As relações de trabalho sustentadas nas carvoarias de Mato Grosso do Sul fazem parte destas contradições, reanimadas pelo capital e utilizadas em seu processo de acumulação.

Assim procuraremos neste texto fazer algumas considerações a respeito da instalação das carvoarias no Estado de Mato Grosso do Sul, influenciada pelas políticas de desenvolvimento nacional elaboradas a partir da década de 1960 pelo Governo Federal,

além das relações de trabalho lá encontradas, que asseveram a magnitude do processo de dominação do capital sob a classe que vive do trabalho.

### **1- As políticas de desenvolvimento nacional e sua influência na instalação das carvoarias**

O surgimento das carvoarias no Mato Grosso do Sul, se deve, sobretudo aos I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), e ao PIN (Plano de Integração Nacional), implantados pelo Governo Federal, visando a integração econômica das regiões menos exploradas, através de incentivos fiscais e financeiros. Devemos lembrar, que estes planos foram colocados em prática antes da Lei Complementar n.31, de 11 de outubro de 1977, momento em que se dá o desmembramento do Estado do Mato Grosso do Sul, do Estado do Mato Grosso.

A criação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, foi antecedida, em 1974, da criação, pelo Governo Federal, do Maciço Florestal - no futuro estado de Mato Grosso do Sul -, localizado na região entre Campo Grande e Três Lagoas, abrangendo os municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo.

Porém vamos voltar aos interesses do Estado em dar ênfase às políticas de desenvolvimento nacional. O governo brasileiro apoiado no discurso do bem-estar social, mediante uma ótica desenvolvimentista, através do I e II PND e do PIN, passou a conceder incentivos fiscais e financeiros, para que empresas fossem instaladas em regiões menos povoadas, mas que dispõem de efetivas condições de exploração, permitindo a integração da mão-de-obra migrante ao processo produtivo local, visando a diminuição da concentração industrial e a pressão do crescimento populacional nos centros urbanos

de maior porte. Desse modo, de acordo com Girão:

[...] os projetos industrializadores e a política desenvolvimentista brasileira, pautados na dependência do capital estrangeiro, foram construídos ao longo do processo de implantação da política capitalista no País. O resultado desses projetos contribuiu para a caracterização das relações de trabalho no campo, mantidas nas regiões delimitadas para se implantar uma interiorização do desenvolvimento. (2003, p.25)

José Roberto Nunes de Azevedo



Foram os projetos de desenvolvimento econômico-industrial, elaboradas pelos governantes, direcionados ao desenvolvimento das regiões brasileiras, os responsáveis pela formação do Maciço Florestal de Eucalipto e a posterior instalação e manutenção da atividade de produção do carvão vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Cabe salientar que, o maciço foi criado com uma área de aproximadamente 500 mil hectares, sendo que o processo de plantio se estendeu até o início dos anos 1980, quando a área coberta com o eucalipto atingia 458 mil hectares, onde o município com maior área florestal, 64% da área total plantada, era Ribas

do Rio Pardo. Este município chegou a ter 22% de seu território coberto com florestas de eucalipto, devido a ser esse o segundo maior município em área do Estado, pelo baixo custo da terra e pela sua estratégica localização geográfica, dispendo da rodovia BR-262 e da Rede Ferroviária Federal S. A (hoje Ferrovia NOVOESTE), aspectos que vieram contribuir para o escoamento da produção do Estado (SILVA, 2002).

Através da política de incentivos fiscais que facilitaram a compra e manutenção de propriedades na região, as empresas reflorestadoras se tornaram proprietárias de grandes fazendas, agravando os problemas em relação à propriedade da terra.

Os trabalhadores migrantes que viam nesse projeto de reflorestamento e em outros projetos financiados pelo governo federal, a oportunidade de trabalho e quem sabe também de posse de terra, foram transformados em trabalhadores temporários que ao término de suas atividades, eram obrigados a se deslocarem de lugar a lugar, na busca de outras atividades, inclusive migrando para as cidades, colaborando para o aumento de problemas urbanos, como o desemprego, moradia, etc.

Este projeto do Maciço Florestal, tinha, pois, como finalidade, o abastecimento do mercado brasileiro de madeira, principalmente a região Sul e Sudeste do país, no entanto a operação tornou-se inviável em virtude da crise do petróleo e do conseqüente aumento dos custos do transporte. Cogitou-se então a possibilidade da instalação de fábricas de celulose no Estado, o que não se concretizou, deixando um vazio à continuidade do projeto do Maciço Florestal, pois haviam fatores como a dependência do Estado em relação à energia

elétrica, à mão-de-obra pouco qualificada e à precária infra-estrutura, que apesar de todas os subsídios do Governo, prejudicavam a industrialização.

Para aproveitar a floresta de eucalipto já em condições de exploração econômica, diante do insucesso do projeto do Maciço Florestal, as empresas florestadoras, os proprietários das terras florestadas, juntamente com as empresas que abastecem de carvão as siderúrgicas em Minas Gerais, apresentaram a alternativa de se produzir carvão vegetal utilizando a madeira do referido maciço, sabendo-se, pois que, os maiores consumidores de carvão vegetal no Brasil se resumem ao setor siderúrgico que se concentra em Minas Gerais, seguido pelas distribuidoras de carvão para o setor alimentício e fins energéticos.

No Mato Grosso do Sul, especialmente nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, a partir de 1985, começaram a se instalar as primeiras empresas de carvão, algo próximo de 20 empresas, que eram representadas tanto por empreiteiros, como por intermediários, os gatos, ou pelos arrendatários, em sua maioria de Minas Gerais, e de São Paulo, só que em menor número. (SILVA, 2002).

Mesmo sendo uma distância significativa entre o pólo siderúrgico mineiro e o maciço florestal, as siderúrgicas viam nesta atividade uma nova fonte de matéria-prima e energia para seu processo produtivo, pois tal investimento se tornava compensador na medida em que o carvão era produzido com mão-de-obra barata e em grande quantidade, além da escassez das florestas, tanto nativas como de eucalipto, para a produção do carvão no Estado de Minas Gerais, e os inevitáveis aumentos dos preços da matéria-prima, e ainda a pressão dos órgãos públicos fiscalizadores, tanto no âmbito ambiental quanto trabalhista, sobre as empresas produtoras de carvão naquele Estado.

Nestas condições, ao nos remetermos à questão de formação de territórios, nas

condições da pós-modernidade, assistimos uma diversidade e fragmentação do que foi idealizado nos últimos séculos. De acordo com Andrade (1994), o que temos hoje, é o território construído pelas empresas superpondo-se ao território construído pelo Estado que muitas vezes se encontra a serviço das empresas e seus jogos de interesses que disputam territórios e mercados.

Assim os processos de territorialização, desterritorialização e novas territorializações se encontram cada vez mais freqüentes e subjugados aos interesses do capital e neste caso se concretizando através da produção do carvão vegetal.

No próximo item iremos abordar as relações de trabalho desenvolvidas nas carvoarias e que são um dos elementos responsáveis pela grande rentabilidade desta atividade.

## **2.- As relações de trabalho em meio à “fumaça”**

De acordo com Silva (1999), a produção do carvão vegetal no Mato Grosso do Sul, se deu baseada em um baixo custo operacional (matéria-prima e mão-de-obra), com ausência de controle ambiental, sonegação fiscal e um regime de superexploração do trabalho, o que garantiu à atividade carvoeira elevados índices de rentabilidade. A maior parte da mão-de-obra empregada resume-se às famílias vindas de Minas Gerais, onde este trabalho dava sinal de escassez, e que obviamente já possuíam experiência na produção do carvão, sendo assim bem vistas pelo capital florestal e mineiro. Além destes, também se encontram nas carvoarias, trabalhadores vindos de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e mesmo de Mato Grosso do Sul.

Poderíamos asseverar que, toda a barbárie encontrada no processo inicial de constituição das carvoarias no Mato Grosso do Sul, tanto

em relação às questões sociais e trabalhistas, quanto às questões ambientais, se deveu a ausência de normas específicas para a exploração, fiscalizações adequadas, e sobretudo à sanha do capital no seu processo de reprodução.

Podemos ilustrar essas observações no que assevera o relatório da Comissão e Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul (CSPIFACTMS):

Para que haja esse tipo de exploração, precisa-se de várias condições econômicas: disponibilidade de gente em estado de miserabilidade, sem alternativas e sem muita consciência de seus direitos; demanda de trabalho: proprietários/empreiteiros com dinheiro suficiente para colocar o empreendimento em ação; o custo dos trabalhadores deve ser menor que os exigidos pelas normas trabalhistas legais; demanda do produto (CPT, 1999, p. 227).

Estas famílias ou mesmo os trabalhadores avulsos nativos, inseridos nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, possuem histórias de vida, povoadas de muita miséria e falta de perspectivas. Amedrontados pelo espectro da fome e da indignação, os trabalhadores sem emprego e sem-terra, se arriscam iludindo-se por propostas de bons salários no farto trabalho da *nova* região florestal, que os agenciadores de mão-de-obra prometem, sendo que na realidade não passam de ofertas falaciosas.

Porém, o que dizer dos trabalhadores vindos de Minas Gerais e tantos outros, que já trabalharam em carvoarias e portanto conhecem as condições a serem enfrentadas? Muitos deles preferem encarar novamente o difícil trabalho nas carvoarias, do que continuar desempregado, sendo mal visto perante os olhos da sociedade, ou seja, é o medo de fazer parte dos excluídos num país em que as políticas sociais são de curto alcance, e a sociedade, é uma sociedade

fragmentada e possuidora de uma cultura do “salvem-se quem puder”.

Assim, observamos que de certa forma, a passividade que encontramos junto à grande maioria dos trabalhadores, faz parte do processo de individualização a que são submetidos pelo capital, envolvendo precariedade, isolamento, alienação e perda das proteções coletivas, mas também, da difícil condição de suas vidas, há muito abaladas pelo sistema do capital. Os sentimentos de instabilidade e incerteza do amanhã provocados pela situação em que se encontra o mundo do trabalho, são os responsáveis pelo crescimento de uma vulnerabilidade de massa. Além da constante coação realizada pelos patrões, devido às dívidas impostas aos trabalhadores, envolvendo transporte, alimentação, remédios, roupas e equipamentos de trabalho, face evidente do trabalho escravo ou assemelhado. Deste modo os trabalhadores se tornam alvos fáceis da exploração do capital, pois se vêem impossibilitados, sem forças e temerosos para qualquer tipo de reação.

Esta outra face do sistema capitalista baseado na superexploração e endividamento do trabalhador é o inverso de suas próprias políticas baseadas no trabalho assalariado, onde essa contradição vem somar no seu processo de acumulação.

[...] estamos longe de compreender de modo substantivo esse fenômeno. Certamente não é um fenômeno puramente residual. Prefiro tratá-lo como uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifestam em condições econômicas, sociais e culturais particulares. Certas “necessidades” aparentemente secundárias do processo de reprodução ampliada do capital estão se encontrando com sobrevivências culturais do passado, que levam a uma refuncionalização da servidão. Mas a

servidão por dívida e as formas contratuais de exploração do trabalho continuam tendo uma função nos setores intermediários e pobres da economia. A terceirização do trabalho coloca esse setor a serviço do grande capital e das grandes empresas, o que nos põe diante de um verdadeiro sistema de exploração do trabalho vinculado à própria dinâmica do capitalismo. Esse certamente é o ponto mais grave. Não estamos apenas em face de episódios e surtos de violação dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas. (MARTINS, 2002, p. 151-3 apud GIRÃO, 2003, p.81)

Esta relação social oferece vantagens comparativas e elevados índices de rentabilidade ao capitalista que se vê livre dos encargos sociais e das obrigações trabalhistas, portanto sempre pronto para inovar nos procedimentos capazes de viabilizarem a exploração da força de trabalho, pautado sobretudo em condições subumanas de trabalho, em jornadas extensivas, remuneração e formas de pagamento sustentadas em procedimentos e rotinas escorchantes, salários indignos, sem registro em carteira, etc, onde sem dúvida, um dos elos que mais se beneficia deste processo de exploração são as siderúrgicas que ao conseguir o carvão vegetal a preços ínfimos, utiliza-o na fabricação do ferro-gusa e do aço que é vendido no mercado interno e externo rendendo milhões. Por fim, completamos com uma crítica de Arnaldo Jabor no Jornal da Globo de 28/05/2004, feita à exploração do trabalho nas carvoarias: *“Eis a cadeia de produção mais típica do Brasil. Tudo começa lá no mato dos anônimos e vai até a produção de tecnologia de ponta. Só que o produto dessa trágica viagem não volta nunca ao ponto de partida. Trata-se de uma cadeia de absurdos que se monta [...]”*.

É importante e necessário que possamos refletir um pouco mais acerca das estratégias do capital nas suas formas de dominação e exploração do trabalho, envolvendo também processos como de individualização do

trabalhador, desqualificação, precarização, exclusão social e suas complexas relações de interesses.

Felizmente nos últimos tempos, este quadro social caótico, presente nas carvoarias tem sofrido algumas modificações para melhor, pois em 1990 iniciou-se uma série de denúncias sobre esta atividade no Mato Grosso do Sul, apenas atingindo repercussão nacional por volta de 1994-1995, com a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, da Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, e da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização (SILVA, 1999).

No entanto, as alterações não foram tão abrangentes a ponto de eliminarem completamente com as características da superexploração do trabalho e com as condições arcaicas de produção nas carvoarias do Mato Grosso do Sul.

No tocante à superexploração do trabalho no Brasil que abrange várias categorias, outras ações estão sendo organizadas na tentativa de combater este problema. Como exemplo de comprometimento com esta empreitada podemos citar a CDDPH (Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), constituída pela resolução nº 05 de 28 de janeiro de 2002 e que reúne entidades e autoridades nacionais ligadas ao tema, além da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A CDDPH é responsável pela elaboração do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2003, que apresenta medidas a serem cumpridas pelos diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade brasileira. Sendo que estas medidas são atualizações de propostas que já vinham sendo articuladas em anos anteriores, onde o documento considera as ações e conquistas realizadas pelos diferentes atores que tem enfrentado esse desafio ao longo dos últimos anos, como o Grupo de Fiscalização Móvel,

do Ministério do Trabalho e Emprego.(CDDPH, 2003).

### 3. Algumas considerações

Iniciamos nossas considerações utilizando uma citação do Ruy Moreira: “Cada tempo da história é marcado por um período técnico ao qual corresponde um período de formas de organização e gestão do trabalho”. (1995, p. 116)

Com os efeitos da reestruturação produtiva, hoje estamos vivendo um período de complexas transformações no mundo do trabalho, que vem provocando a fragmentação e desarticulação da classe do trabalho, que por sua vez assiste ao retrocesso das conquistas trabalhistas, juntamente com os processos de individualização, superexploração, precarização e exclusão social dos trabalhadores, sem que estes tenham meios eficientes para reagir.

A exploração do trabalho encontrada nas carvoarias vem demonstrar o retrocesso de que falamos, expressando as contradições articuladas pelo capital e suas formas de ocupação do espaço na formação de territórios, que estão integradas à lógica de funcionamento atual, fazendo a diferença no seu processo de acumulação, onde os trabalhadores são destituídos do seu ser enquanto integrantes de uma classe social, no intuito de inviabilizarem seus movimentos e ações contra a dinâmica reprodutiva do capital.

Assim, a busca constante de compreensão da complexa trama de relações que envolvem o mundo do trabalho, consoante às ações do capital, à elaboração/gestão de políticas públicas e nas ações do Estado, são elementos fundamentais para a obtenção de informações e conhecimentos para apreendermos as contradições que se fazem presentes no interior da sociedade contemporânea e aprimoramos nossas convicções anticapital.

### Bibliografia

ALVES, Giovanni. **O novo e (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.de; SILVEIRA, M.L.(Orgs) **Território globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CNBB. **Trabalho escravo**. Estudos e Reflexões. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/estudos/conflica2.html>>. Acesso em: 09 jun. 2003.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIÉRITOS DA PESSOA HUMANA. **Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo**. Brasília, 2003.

CPT (org). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

GOETTERT, Jones Dari. **Expansão e territorialização do capital monopolista no Mato Grosso**. Revista Geografia-UFMS, Campo Grande-MS.(10):17-30, jul/dez, 1999.

GIRÃO, Simone Anselmo. **Do ideário desenvolvimentista ao universo social carvoeiro: 1964/1994**. 2003. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados.

JABOR, Arnaldo. **Ninguém tem culpa**. Jornal da Globo. 28/05/04. Disponível em: <<http://www.globo.com>>. Acesso em: 29 maio 2004.

MOREIRA, Ruy. Inovações do trabalho e novas formas de gestão do trabalho. **Programa Integrar- Trabalho e Tecnologia**. São Paulo: CUT/CNM-Integar, 1995, p. 116-130.

PAUGAM, Serge. O debate em torno de um conceito: Pobreza, exclusão e desqualificação social. In: VÉRAS, M. P. B., SPOSATI, A. e KOWARICK, L. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Pougam**. São Paulo: EDUC, 1999.

SILVA, Cleide de O. **Trabalho e qualidade de vida dos carvoeiros no município de Três Lagoas-MS**. Pesquisa Acadêmica de Iniciação Científica apresentada ao CNPq/UFMS. Três Lagoas, 1999.

SILVA, Edima A. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

THOMAZ JR, Antonio. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho In BATISTA, R., L.; ARAUJO, R. (Orgs). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis, 2003. p.83-114.



### La relación entre capital y trabajo en las carbonerías de Mato Grosso do Sul

**Resumen:** Las relaciones de trabajo desarrolladas en las carbonerías de Mato Grosso do Sul, para la producción del carbón vegetal, expresan las contradicciones que hacen parte del proceso de reproducción del capital, cuando sintetizan las combinaciones entre lo arcaico y lo moderno, más allá de las formas de ocupación del espacio en la formación de los territorios. Estas prácticas productivas y contradictorias impuestas por el capital hacen parte de las transformaciones ocasionadas por la reestructuración productiva en el mundo del trabajo y que son responsables por la degradación social de miles de trabajadores, no solamente en las carbonerías, sino también en otras actividades, expresando la captura de la subjetividad de estos trabajadores, y mezclando la dicotomía criada por el propio capital entre el atraso y lo moderno.

**Palabras clave:** capital, trabajo, carbonerías, explotación, contradicciones.